



A Biblioteca recomenda a todos os seus usuários que realizem a leitura da Portaria nº 1863/2018-GP, que *Regulamenta a criação de acervo depositário de publicações institucionais*, para conhecimento das regras de depósito das obras do Poder Judiciário. [Clique aqui](#)

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça* no período de **01 a 30 de junho**, para cadastro na base da Biblioteca:

Edição nº 6436/2018 - Segunda-feira, 4 de junho de 2018

Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018 - Dispõe sobre o processo de ascensão ao Tribunal de Justiça e de movimentação de juízes na carreira da magistratura, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. **(Republicada por retificação- DJ 8/06/2018)**

Edição nº 6437/2018 - Terça-feira, 5 de junho de 2018

Portaria nº 2243/2018-GP, de 30 de maio de 2018 - Prorroga, até 15/6/2018, a suspensão do envio de documentos administrativos ao arquivo, bem como o atendimento às solicitações de desarquivamento deste acervo específico.

Portaria nº 2252/2018-GP, de 04 de junho de 2018 - Disciplina a aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção, vistoria e controle de veículos da frota do Poder Judiciário do Estado do Pará, de acordo com a Resolução nº 83 do CNJ, publicada em 10 de junho de 2009.

Edição nº 6439/2018 - Quinta-feira, 7 de junho de 2018

Portaria nº 2251/2018-GP, de 06 de junho de 2018 - Autoriza a execução do Projeto ZONA RESTAURATIVA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL, cujo objetivo é valorizar o capital humano do Poder Judiciário.

Portaria nº 2363/2018-GP, de 6 de junho de 2018 - Prorroga, até 15/6/2018, a suspensão do envio de acervo criminal ao arquivo, bem como o atendimento às solicitações de desarquivamento deste acervo específico.

Portaria nº 2367/2018-GP, de 4 de junho de 2018. Procede à atualização monetária do valor do auxílio Alimentação concedido aos integrantes ativos do Poder Judiciário do Estado do Pará, no percentual de 4,35% (quatro inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), passando o valor do referido auxílio para R\$-1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Provimento nº 03/2018 – CJRMB - Institui a Gestão Unificada das Centrais de Mandados do Fórum Criminal e Fórum Cível da Capital. **(Republicado por Retificação - DJ 07/06/2018)**

Edição nº 6441/2018 - Segunda-feira, 11 de junho de 2018

Portaria nº 2450/2018-GP, de 08 de junho de 2018 - Estabelece o quantitativo de Juízes de Direito Substitutos para cada Região Judiciária.

Edição nº 6442/2018 - Terça-feira, 12 de junho de 2018

Portaria nº 2461/2018-GP, de 11 de junho de 2018- Institui Comissão Intersetorial para elaborar e efetivar Plano de Implantação Progressiva de Salas de Depoimento Especial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Provimento conjunto nº 009/2018- CJRMB/CJCI - Altera a redação do Capítulo X, do Título V, do Livro V, do Provimento Conjunto nº 001/2015/CJRMB/CJCI, que dispõe sobre o Código de Normas do Serviço Notarial e de Registro do Estado do Pará.

Edição nº 6444/2018 - Quinta-feira, 14 de junho de 2018

Portaria nº 2564/2018-GP, de 13 de junho de 2018 - Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, nos termos da Resolução nº 230-CNJ.

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Diário da Justiça – cont.

Edição nº 6445/2018 - Sexta-feira, 15 de junho de 2018

Portaria nº 2615/2018-GP, de 14 de junho de 2018 - Regulamenta no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a DÉCIMA PRIMEIRA SEMANA NACIONAL DA CAMPANHA A JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, estabelecida pela Excelentíssima MINISTRA CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, Presidente do STF e do CNJ, que será realizada no período de 20 a 24 de agosto do corrente ano. **(Republicada por retificação – DJ 25/06/18)**

Portaria nº 2616/2018-GP, de 14 de junho de 2018 - Determina que o Plantão Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará em 1º e 2º Graus, nos dias fixados na Portaria nº 2080/2018-GP, seja prestado por magistrados e servidores plantonistas em regime de sobreaviso. **(Republicada por retificação – DJ 25/06/18)**

Edição nº 6449/2018 - Quinta-feira, 21 de junho de 2018

Portaria nº 2683 /2018-GP, de 20 de junho de 2018 - Promove do Grau de OFICIAL para o Grau de GRÃ-CRUZ, conforme Art. 15, da Resolução da ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Exmo. Sr. Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.

Resolução nº 10, de 20 de junho de 2018 - Redefine as competências das Varas da Comarca de Cametá; revoga o art. 2º da Resolução nº 42/1996-GP, e dá outras providências.

Resolução nº 11, de 20 de junho de 2018 - Dispõe sobre a atualização monetária do valor da Gratificação de Atividade Externa (GAE) devida aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliador, e dá outras providências.

Resolução nº 12, de 20 de junho de 2018 -Dispõe sobre os pedidos de sustentação oral por videoconferência, nas sessões de julgamento dos órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Provimento conjunto nº 010, de 11 de junho de 2018 - Acrescenta o inciso VI, ao art. 385, bem como os artigos 385-A e 385-B, no Título IV, do Livro III, do Provimento Conjunto nº 001/2015/CJRM/CJCI, que dispõe sobre o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Diário Oficial da União

Nº 107 - quarta-feira, 06 de junho de 2018

Lei nº 13.673, de 5 de junho de 2018 - Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos. [Clique aqui](#)

Nº 111 - terça-feira, 12 de junho de 2018

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.676, de 11 de junho de 2018 – Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, para permitir a defesa oral do pedido de liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança. [Clique aqui](#)

Nº 113, quinta-feira, 14 de junho de 2018

Lei nº 13.677, de 13 de junho de 2018 - Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). [Clique aqui](#)

Nº 119, sexta-feira, 22 de junho de 2018

Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 - Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Nº 122, quarta-feira, 27 de junho de 2018

Lei nº13.683, de 26 de junho de 2018 – Institui o dia nacional da imigração chinesa. [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Diário Oficial do Estado

Nº 33632, quinta-feira, 07 de junho de 2018

Decreto nº 2.093, de 6 de junho de 2018 - Convoca a 3ª Conferência Estadual de Educação (CONEE). [Clique aqui](#)

Nº 33638, sexta-feira, 15 de junho de 2018

Lei nº 8.628, de 14 de junho de 2018 – Declara a encenação da chegada dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren para fundarem a Assembleia de Deus – Igreja mãe, em Belém do Pará, como patrimônio cultural, histórico e turístico do estado do Pará. [Clique aqui](#)

Nº 33639, segunda-feira, 18 de junho de 2018

Lei nº 8.629, de 15 de junho de 2018 – Dispõe sobre a criação de um cargo de Juiz de Direito Titular da Comarca de Belém de 3ª Entrância, a criação de quatorze cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância e transforma oito cargos de Juiz Auxiliar da Comarca da Capital (criado pela Lei nº 8.099/2015) em cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância. [Clique aqui](#)

Decreto nº 2.111, de 15 de junho de 2018 - Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 847, de 8 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 6.572, de 8 de agosto de 2003, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no Estado do Pará, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Nº 33641, quarta-feira, 20 de junho de 2018

Lei nº 8.633, de 19 de junho de 2018 - Altera, inclui e revoga dispositivos da Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, que dispõe sobre a reorganização e criação de cargos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); altera, inclui e revoga dispositivos da Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO); altera dispositivos da Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da administração pública do Poder Executivo Estadual; cria o Fundo de Compensação Ambiental do Estado do Pará (FCA); cria a Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental (GDGA). [Clique aqui](#)

Diário Oficial do Estado – cont.

Nº 33642, quinta-feira, 21 de junho de 2018

Decreto nº 2.114, de 19 de junho de 2018 - Fica estabelecido o expediente nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar na Copa do Mundo de 2018. *(Republicado por ter saído com incorreção)* [Clique aqui](#)

Nº 33647, sexta-feira, 29 de junho de 2018

Decreto nº 2.121, de 28 de junho de 2018 - Dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Diário Oficial Município de Belém

Nº 13.531, quarta-feira, 06 de junho de 2018

Decreto nº 91.059– PMB, de 19 de abril de 2018 - Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados, no âmbito do Município de Belém e dá outras providências.

Nº 13.533, sexta-feira, 08 de junho de 2018

Lei nº 9.374 de 06 de junho de 2018 - Institui no âmbito do Município de Belém parâmetros para funcionamento das clínicas de fisioterapia, e dá outras providências.

Lei nº 9.376 de 08 de junho de 2018 - Institui no Município de Belém o Dia do Técnico em Segurança no Trabalho, e dá outras providências.

Nº 13.535, terça-feira, 12 de junho de 2018

Decreto nº 90.181/2017 - PMB, de 28 de novembro de 2017 - Dispõe sobre autorização para a realização de processo seletivo simplificado, e dá outras providências.

Nº 13.541, quarta-feira, 20 de junho de 2018

Decreto nº 19.463/2018 - PMB, de 19 de junho de 2018- Estabelece o horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município de Belém, durante a Copa do Mundo de 2018, e dá outras providências.

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

STF

Mantida decisão do CNJ que mandou investigar juíza acusada de delegar condução de audiências a servidoras. [Leia mais](#)

ADI questiona lei de SC que cria plano de cargos para Defensoria Pública. [Leia mais](#)

Questionadas leis de Sergipe sobre servidores do Judiciário estadual. [Leia mais](#)

STF deve definir se vedação ao nepotismo alcança a nomeação para cargos políticos. [Leia mais](#)

1ª Turma afasta penhorabilidade de bem de família do fiador na locação comercial. [Leia mais](#)

Plenário declara a impossibilidade da condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório. [Leia mais](#)

STJ

Parcelamento tributário simplificado não pode ter limite fixado em portaria. [Leia mais](#)

Citação por edital de herdeiros conhecidos e com endereços discriminados, mesmo que de outra comarca, não é válida. [Leia mais](#)

Transação para quitar débitos de contrato de locação é nula sem autorização do cônjuge do fiador. [Leia mais](#)

Pedido de reparação por não pagamento de vale-pedágio prescreve em dez anos. [Leia mais](#)

Defensoria Pública pode representar vítima e réu na mesma ação penal. [Leia mais](#)

STJ garante direito de ex-companheiro visitar animal de estimação após dissolução da união estável. [Leia mais](#)

TJGO

Agetop terá de indenizar família por capotamento ocorrido devido a buracos em rodovia. [Leia mais](#)

Saneago é condenada a indenizar proprietários de imóvel danificado durante instalação de rede de esgoto. [Leia mais](#)

Marido de mulher que morreu após cirurgia terá que indenizar donos de hospital por vídeo difamatório publicado na internet. [Leia mais](#)

Supermercado Tatico é condenado a indenizar mulher que fraturou o fêmur ao escorregar em piso. [Leia mais](#)

TJRS

Consumidor tem direito de desistir de financiamento. [Leia mais](#)

Exoneração de primeira classificada em concurso vigente gera direito de nomeação. [Leia mais](#)

Obtenção do PPCI cabe ao proprietário do imóvel, não ao locatário. [Leia mais](#)

Seguradora isenta de indenizar por suicídio durante carência de contrato. [Leia mais](#)

TJDFT

Multinacional de serviços de internet não é responsável por ataque de hackers. [Leia mais](#)

Turma mantém responsabilidade civil de seguradora em casos de boa-fé do segurado. [Leia mais](#)

Princípio da insignificância não se aplica em furto de 4kg de queijo. [Leia mais](#)

Tempo de internação de recém-nascido na UTI não deve impactar na licença maternidade. [Leia mais](#)

Turma decide pelo direito dos pais em receber indenização do seguro DPVAT por morte do feto. [Leia mais](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

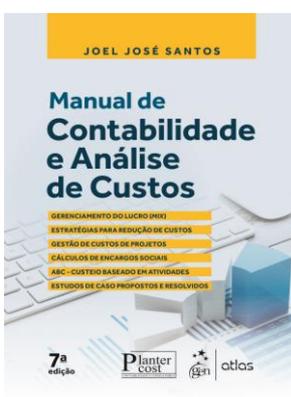
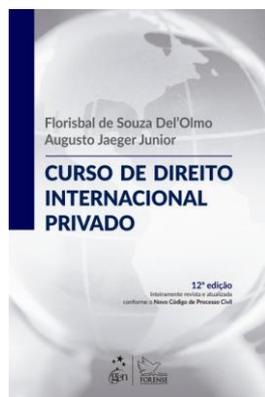
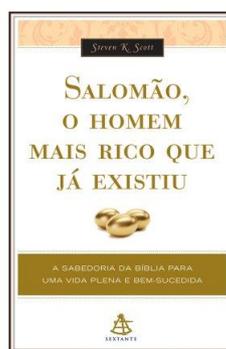
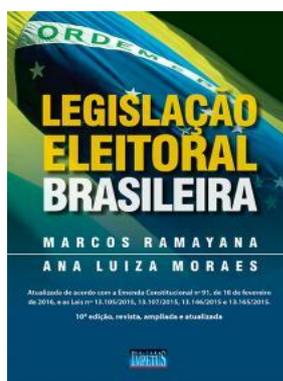
Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Acervo jurídico



Acervo Bases Digitais

A Biblioteca disponibiliza na base “*Revista dos tribunais online*”



Para acessar a base digital e ver todos os títulos das revistas: [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia



Independentemente da realização de cirurgia de adequação sexual, é possível a alteração do sexo constante no registro civil de transexual que comprove judicialmente a mudança de gênero. Nesses casos, a averbação deve ser realizada no assentamento de nascimento original com a indicação da determinação judicial, proibida a inclusão, ainda que sigilosa, da expressão “transexual”, do sexo biológico ou dos motivos das modificações registrais.

O entendimento foi firmado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao acolher pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher. Para o colegiado, o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia, que pode inclusive ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico.

No pedido de retificação de registro, a autora afirmou que, apesar de não ter se submetido à operação de transgenitalização, realizou intervenções hormonais e cirúrgicas para adequar sua aparência física à realidade psíquica, o que gerou dissonância evidente entre sua imagem e os dados constantes do assentamento civil.

[Leia mais](#)